

MIGRAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE E CULTURA DE PAZ: REFLEXÕES ACERCA DA UNIVERSALIDADE E DA EQUIDADE NO SUS

André Aparecido Medeiros¹; Daiane da Silva Santana Vanderleis²; Raquel Cabral³

¹Mestrando em Comunicação Midiática (UNESP). Bacharel em Enfermagem (PUCPR). E-mail: andreapmed@hotmail.com

²Mestranda em Comunicação Midiática (UNESP). Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas (UNESP). E-mail: daianasantana.v@gmail.com

³Doutora em Comunicação Institucional pela Universitat Jaume I. Professora da FAAC/UNESP. E-mail: raquelc@faac.unesp.br

RESUMO

O Sistema Único de Saúde (SUS) representa um marco na história da saúde pública brasileira, ampliando a justiça e diminuindo a desigualdade. Vai ao encontro à cultura de paz, que reconhece que saúde e paz, além de anseios comuns a todos os povos, são necessidades essenciais para a realização de outros desejos ou metas. O crescimento dos fluxos migratórios internacionais traz o debate acerca da responsabilidade dos Estados em garantir os direitos sociais básicos às populações imigrantes, incluindo o acesso à saúde e as informações relacionadas. Junto a outras medidas, a comunicação em saúde necessita ser aprimorada com o intuito de garantir a universalidade e a equidade na atuação do SUS.

Palavras-chave: Migração e Saúde. Saúde e cidadania. Comunicação e saúde. Saúde global. Cultura de paz.

INTRODUÇÃO

Importantes discussões mundiais em saúde já ocorriam no Brasil da década de 1980, quando foi criado e institucionalizado o Sistema Único de Saúde (SUS), organizando e articulando serviços de saúde, dando suporte e traduzindo em ação a efetivação da política de saúde no Brasil (VASCONCELOS; PASCHE, 2006). Junto à integralidade, a equidade e a universalidade são princípios doutrinários do SUS. Se relacionam aos direitos humanos e à garantia gratuita do direito à saúde por todas as pessoas em território nacional.

Em meio às mudanças econômicas do cenário mundial, o Brasil tem recebido novos fluxos de imigração. Era de se esperar que não houvessem empecilhos quanto ao atendimento em saúde de imigrantes, contudo há.

OBJETIVOS

Estudar o acesso aos serviços de saúde por imigrantes no território brasileiro, relacionando o direito à informação. Levantar informações referentes ao preparo profissional, envolvendo o fluxo de informações e as habilidades interculturais. Investigar contribuições relacionadas ao acesso à saúde a partir dos estudos para a paz.

METODOLOGIA

Compreende um estudo bibliográfico sobre a atenção aos imigrantes no atendimento de saúde, no Brasil, com enfoque nas políticas públicas, nos profissionais e gestores de saúde e nos imigrantes.

RESULTADOS

Adequados exemplos de atenção em saúde a imigrantes são encontrados, mas as problemáticas são amplas. Inicialmente, imigrantes já sofrem as mesmas dificuldades dos cidadãos nacionais. Os Estados enfrentam dificuldade de investimento e gestão em saúde suficiente para prejudicar a equidade (MARTES; FALEIROS, 2013). Adicionalmente, imigrantes enfrentam desafios específicos, muitos deles relacionados à comunicação, para além do idioma. É ineficiente o fluxo de informações sobre interculturalidade e direitos de imigrantes, em muitos espaços de saúde. É recorrente a inadequada comunicação entre profissionais de saúde e migrantes. Tais fatores colocam em choque a efetividade da universalidade e da equidade expressas em normativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos para a paz compartilham a tarefa com os estudos de saúde de buscar condições melhores ao tratamento humano. Profissionais da saúde e da comunicação possuem importância na promoção de uma cultura de paz, deixando implícita uma postura proativa, que repercuta nas ações de governos e organizações, bem como na cotidianidade de cada pessoa (MILANI, 2010).

Considerar a participação das populações imigrantes como parte ativa da Política Nacional de Promoção da Saúde é um desafio na gestão pública no Brasil. É necessário o aperfeiçoamento das políticas e da gestão pública em saúde, de modo que imigrantes possam dialogar com diferentes atores e que gestores e profissionais possam estar preparados para o atendimento às distintas populações.

Comprometida com os movimentos que defendam o direito à saúde e o enfrentamento à exclusão social, a comunicação deve cumprir seu papel de sensibilizar para o tema, bem como de informar quanto aos direitos e possibilidades de atuação.

REFERÊNCIAS

MARTES, Ana Cristina Braga; FALEIROS, Sarah Martins. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.22, n.2, p. 351-364, 2013.

MILANI, Feizi Masrour. Saúde e Paz: interfaces e sinergias no enfrentamento às violências. In: JALALI, Vahideh R. Rabbani (Org.). **Estudos para a paz**. Aracaju: Criação, 2010. p. 207-224.

VASCONCELOS, Cipriano Maia de; PASCHE, Dário Frederico. O Sistema único de Saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2006. p.531-562.